



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA,  
TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA

**PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
DATA: 13 DE JUNHO DE 2012

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Boa noite. Declaro abertos os trabalhos da segunda audiência pública da Comissão Permanente de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, que se realiza no dia de hoje.

Informo que esta audiência está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal, no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link Auditórios On-Line.

Esta audiência foi publicada no Diário Oficial do Município nos dias 7, 12 e 13 e foi requerida por meio do Requerimento 08/12, de autoria deste Vereador, e aprovado na reunião ordinária de 23 de maio de 2012, com o seguinte texto: “Nos termos regimentais, requero de V.Exa., ouvido o Plenário desta douta Comissão, que se digne a adotar as providências necessárias à realização de audiência pública, com data e hora a serem agendadas, com a presença do Sr. Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário Municipal de Finanças, e do Sr. Luiz César Michielin Kiel, Presidente da Prodam – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação para prestarem esclarecimentos acerca das ações tomadas por parte da Secretaria de Finanças em face da Prodam em relação aos seguintes temas: Decreto 52.269, de 20 de abril de 2011, que institui o Protic - Programa Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação; Decreto 52.807, de 22 de maio de 2011, que criou a Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicação; Estatuto da Prodam, aprovado em 27 de fevereiro de 2011; Estatuto de concurso público para admissão de 20 auditores fiscais tributários especialistas em TI; editais de pregão eletrônicos SF/CPL nº 01/12 e 02/12, e outros assuntos pertinentes.

Por esse motivo, faz-se necessária a obtenção desta audiência ora requerida para que possibilitem os devidos esclarecimentos sobre os temas acima expostos.

Presentes estão o Sr. George Hermann Rodolfo Tormin, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Finanças, e o Sr. Luiz César Michielin, Presidente da Prodam,.

Antes das explanações, comunico aos presentes que é permitido fazer perguntas às duas autoridades que estão presentes a esta Comissão. É necessário, portanto, que se

inscrevam com a assessoria da Casa.

Em nome da Comissão, agradeço ao Sr. George e ao Sr. Luiz César a presença.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. George para explanar sobre o tema já indicado.

Tem a palavra, Sr. George.

**O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN** - Nobre Vereador Aurélio

Nomura, muito obrigado pelo convite e pela oportunidade de poder vir a esta Casa, mais uma vez, para prestar esclarecimentos acerca de ações que são desenvolvidas e implantadas pela Secretaria Municipal de Finanças. Devo confessar ao senhor que o assunto tema desta audiência pública, de certa forma, assumiu uma dimensão maior do que a que deveria, até porque alguns questionamentos que foram feitos por algumas pessoas da Prodam já haviam sido objeto de resposta – tanto da própria Prodam como de funcionários da Prodam. Entendo que a Secretaria Municipal de Finanças, instada pela Câmara de Vereadores a opinar acerca desses temas, não poderia se furtar de vir a esta Casa e prestar os esclarecimentos necessários.

Boa parte dos pontos que constam da pauta de hoje são medidas meramente administrativas. Sobre algumas delas, a Secretaria de Finanças pode se posicionar; sobre outras – como o caso do Decreto que institui o Programa Municipal de Tecnologia das Informações e Comunicação – Protic, decreto elaborado e conduzido pela Secretaria de Planejamento -, eu declinaria de tecer maiores comentários sobre sua elaboração e seu conteúdo.

Em relação aos demais decretos, particularmente ao que cria a Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicação – Cotec, órgão que já existia na Secretaria de Finanças há alguns anos com o nome de Assessoria de Tecnologia e Modernização -, o que houve basicamente foi a mudança do nome e a elevação de assessoria para coordenaria.

Houve uma modificação basicamente estrutural, organizacional da Assessoria de Tecnologia da Informação – Astin em relação à Cotec. As competências permaneceram praticamente as mesmas, não houve grandes modificações; tratou-se de uma medida administrativa.

Em relação ao estatuto da Prodam, o Presidente da empresa, que está presente, poderá tecer mais comentários.

Em relação ao edital do concurso público, esse também é um procedimento corriqueiro da Administração. O que é há de especial nesse concurso é que se trata de um edital para 120 vagas, 20 das quais estamos segregando para auditores fiscais que tenham conhecimentos na área de informática. Creio que a Prefeitura de São Paulo está até um pouco atrasada nesse processo. A Receita Federal já adota procedimento similar há mais de uma década. Acho que o primeiro concurso da Receita Federal, que previu a especialização na área de informática, ocorreu no início da década de 90. Então, já se trata de experiência antiga na esfera federal. No âmbito do Estado, a mesma coisa: houve também, recentemente, concurso promovido pelo Governo do Estado de São Paulo que selecionou profissionais com especialização nessa área. O motivo disso é relativamente fácil de se entender: o principal insumo das administrações tributárias sempre foi e é a informação. Temos que ter capacidade de gerir cada vez mais maiores massas de dados, de informações; saber demandar a prestação de serviços, e fazer o “meio de campo” entre as áreas de negócio e os prestadores de serviços. Esse é um trabalho que deve ser feito pela Cotec, que deve contar com pessoal próprio, capacitado para fazer isso. Além disso, essas pessoas, essa equipe também terá atribuições na área de fiscalização.

Como o senhor bem sabe, hoje os sistemas contábeis das empresas estão cada vez mais informatizados. Cada vez menos, veremos livros físicos. Hoje, o SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, já prevê a migração de toda escrituração contábil e fiscal para o meio eletrônico. Então, teremos de ter, cada vez mais, profissionais das áreas de Fiscalização e de Auditoria Fiscal especializados na análise desses arquivos. Mesmo em fiscalizações de

campo, têm-se condições de identificar armazenamento de dados, transmissão de dados.

O processamento era em papel; depois, passou para o computador das empresas e, hoje, está em nuvem. A tendência é de que todo processamento aconteça em nuvens. Cada vez mais, precisaremos ter profissionais capacitados que consigam fazer auditorias contábeis e fiscais utilizando tecnologia e metodologia da área de processamento de dados.

Quanto à listagem de pregão eletrônico: falou-se que foi contratada fábrica de *software*, que é um procedimento relativamente comum nas administrações públicas. A própria Prodam já contratou fábrica de *software* no passado, mas também não é um procedimento corriqueiro.

No caso específico desses pregões eletrônicos, em que foi contratada fábrica de *software*, a própria Prodam é signatária dos contratos e ela participa ativamente como interveniente de todos esses contratos. Então, também, não sei exatamente qual... quer dizer, há uma demanda com alguma dúvida. Imagino que ao se abrir a palavra para as pessoas, talvez possa até explicar um pouco melhor o motivo do questionamento desses pregões.

Mas, de forma geral, eram esses os pontos. São procedimentos operacionais e administrativos corriqueiros da Administração Pública e que foram adotados pela Secretaria Municipal de Finanças.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Antes de passar a palavra ao Presidente da Prodam, farei algumas indagações ao nosso Secretário.

Analisando os decretos do Protic e do Promup – Decreto SF, que cria coordenadorias de tecnologia e informação, mais o Estatuto da Prodam, verifico que, na realidade, trata-se de criar paralelamente uma mesma atividade dentro do Decreto de SF e desses programas que forma citados pelo decreto.

Se formos analisar o Decreto de Protic, Promup, SF e os Estatutos da Prodam, veremos que os objetivos são os mesmos. Portanto, na realidade, estaríamos, propriamente, criando uma Prodam paralela, pelo que estamos verificando. Anteriormente, observávamos

que a competência e a ideia, inclusive, da criação da Prodam foram no sentido de padronizar a companhia. Por várias vezes, já se tentou retirar a competência da companhia, mas passados vários governos, a Prodam volta a ter o comando e a gerência dentro do processo de TI do Município de São Paulo.

Gostaria que V.Exa. comentasse essa questão a respeito da coincidência e da criação paralela das mesmas atividades que eram exclusivas à Companhia de Processamento de Dados do Município.

**O SR. GEORGE HERMANN** - Entendo que não há nenhum conflito de competências, até porque conceitualmente a Prodam não tem competência. A Prodam tem objeto social, é uma empresa de direito privado e tem um estatuto e objeto social. Quem tem competência é a Administração Direta. Então nas competências em que eventualmente pudesse haver conflito, esse seria entre as secretarias, não há o que se falar em conflito de competências entre a Administração Direta e uma empresa.

O que de fato aconteceu ao longo dos anos é que a Prodam, até pelo corpo funcional que possui, e quero deixar registrado que é uma equipe altamente competente, já tive a oportunidade de trabalhar com empresas de processamento de dados, sou do Governo Federal e já trabalhei com o Serpro e quando estava no Governo do Estado trabalhei com a Prodesp por quatro anos e já disse e repito, dessas três empresas, a que melhor atendeu aos órgãos nos quais trabalhei, com certeza, sempre foi a Prodam. Então tenho a Prodam como uma empresa competente e que presta bons serviços à municipalidade, em especial à Secretaria de Finanças, mas entendo que cada entidade deve exercer suas atribuições, seu objeto social nas suas áreas de atuação.

A Secretaria de Finanças como Administração Direta e responsável pela administração tributária do Município de São Paulo, administração tributária esta que é uma competência estabelecida no Código Tributário Nacional, na Lei Orgânica do Município, então

essa é uma atribuição de administração tributária inerente à Secretaria Municipal de Finanças. Não há o que se falar, a forma de execução dessa atribuição, de gestão dessas informações, é que ela pode ser feita de forma direta ou de forma indireta. A opção, no caso, do Município de São Paulo foi sempre pela execução de forma indireta por intermédio da Prodam.

Hoje, a coordenação na Administração Direta da área de informática cabe à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento. Essa Secretaria possui um núcleo de informática que busca padronização dos sistemas, há um Conselho Municipal de Informática que dita as normas e diretrizes que devem ser seguidas por todos os órgãos do Município, o que é perfeito. Acho que essa estrutura é adequada e correta no sentido de se ter a padronização entre as diversas secretarias.

E a Prodam exerce a função de assessoramento da Secretaria de Planejamento, do Conselho Municipal de Informática, até por ter a capacidade técnica de fazer isso. Todos esses processos citados há pouco, da contratação da fábrica de software, na licitação e na assinatura do contrato, houve a participação da Prodam em todas essas etapas. Primeiro, ao pedirmos autorização para realizar a contratação, encaminhamos isso para o Conselho Municipal de Informática, que mandou para a Prodam e esta como assessora técnica analisou o edital, o contrato e aprovou todo o processo licitatório.

E também como disse, a Prodam é signatária desse contrato, nada será feito sem a participação da Prodam. Na semana passada, inclusive, fizemos a reunião inicial dos contratos com as fábricas de software, e quando entrei na sala para a reunião havia umas seis ou sete pessoas da Prodam participando do processo. Eu não vislumbro a construção de sistemas na Secretaria de Finanças sem a participação da Prodam. Não há como conceber uma situação dessas. A participação da Prodam é fundamental em todas as etapas.

Voltando ao primeiro ponto, ao que o senhor mencionou, são atribuições complementares. A Secretaria de Finanças, como eu disse, a Cotec, tem o seu corpo funcional, tem de ter a capacidade técnica para saber pedir, demandar e desenhar as suas demandas,

para encaminhar, junto com a Prodam, à fábrica de *software*, a qual vai desenvolver dentro das normas, padrões e rotinas definidos pela Prodam, implantando esses sistemas, que rodarão nos equipamentos e com a aprovação da Prodam. É um processo totalmente interligado. Portanto, essas empresas têm competências complementares. A Cotec tem a sua competência, assim como o Cotic ou o programa define as macrocompetências, as linhas que devam ser seguidas, e a Prodam, como principal prestadora de serviços de informática da Administração Direta do Município, é quem vai implantar e colocar em produção.

As competências são complementares e, portanto, não há a menor expectativa ou definição de quem quer que seja de criarmos uma Prodam *cover* na Secretaria de Finanças. Não há como fazer isso, porque a Prodam participa de todas as etapas do processo e acompanha a Secretaria de Finanças em todas as etapas.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Analisando as palavras de V.Exa., verifico que, com relação ao mérito da companhia e dos técnicos, é uma companhia exemplar e afinada com os princípios da Administração Pública, seja ela quem for. Agora, o que me chama a atenção – o senhor até me corrigiu – é que na constituição dos objetivos da companhia consta que ela não só é a interveniente de um processo, principalmente, na construção de uma fábrica de *software*, mas vejo no caso de execução dos serviços propriamente dita.

Aí, a primeira questão: por que em vez de contratar a Prodam optou-se por fazer contratação de terceiros? Temos inúmeros casos – recentes e antigos. Essa questão de terceirizar a contratação, principalmente com relação à fábrica de *software*, há aspectos que dizem respeito a *backup* próprio, à segurança das informações e, com relação ao objetivo do contrato que, muitas vezes, não é realizado a contento, demandando da Prodam alterações e complemento nos serviços.

Assim, me parece que, nesse caso, e na solicitação desses dois contratos mencionados, a Prodam sequer apresentou proposta. Parece-me que não houve interesse da Secretaria de Finanças em contratar e pedir que a Prodam fosse a executora desse projeto.

Segundo: os sistemas ISF. Muitos desses contratos começaram em fábricas e terminaram na própria companhia. Vemos o caso do novo CEU, parece-me que a empresa é a ICI, no tempo da Prefeita Marta. E, depois, foi corrigido pela companhia. Vemos, também, o SOF, concluído em 2012, e, se não me engano, a contratada era a empresa Burland. Segundo informações – quero ouvir o Presidente da Prodam -, as contratadas, nesse caso, não conseguiam terminar o serviço, sendo que o término desses sistemas foi realizado por funcionários da Prodam.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Veja, no caso específico que o senhor mencionou há pouco: por que se optou por fazer a licitação da fábrica de *software* e não contratar a própria Prodam? A resposta dessa pergunta tem vários aspectos, várias facetas, para serem analisadas, mas tentarei colocar de forma objetiva.

A Prodam, assim como outras empresas da área de informática e o setor público de forma geral, tem dificuldades inerentes à própria legislação que rege a contratação de pessoal, o processo licitatório, e, infelizmente, as empresas públicas não têm a mesma agilidade que as da iniciativa privada.

Isso faz com que as demandas oriundas da Secretaria de Finanças – que são muitas – não são supridas totalmente pela Prodam, apesar de ter um corpo técnico bastante qualificado, mas tem limitações para desenvolver aqueles sistemas dentro dos prazos estabelecidos pela Secretaria.

Além disso, o senhor há de convir que as demandas por recursos financeiros para a realização de investimentos na cidade de São Paulo são enormes, e a Secretaria de Finanças tem sempre de buscar novas formas de controle, sem aumento de carga tributária, para que se consiga aumentar a arrecadação, ampliar a capacidade de entrada de recursos financeiros no Tesouro Municipal sem aumento de tributos. A Secretaria de Finanças também tem um corpo funcional bastante capacitado, e que tem muitas ideias, muitas sugestões de melhorias e aperfeiçoamentos. Hoje, temos uma série de dezenas de demandas de novos sistemas para

serem desenvolvidos com esse objetivo, e a Prodam não teria condições de nos atender da forma que gostaríamos no prazo estabelecido.

Então, a alternativa de contratação da fábrica de *software* é válida, já foi utilizada pela Prodam no passado, e, no caso dessa contratação – volto a insistir: a Prodam participa conosco em todas as etapas do processo -, não teremos esses problemas que o senhor citou, os quais são reais e que poderiam, de fato, acontecer, se a Prodam não estivesse conosco desde o início.

São seis as atribuições, as responsabilidades da Prodam, nos contratos que celebramos, mas um deles, o do inciso II, cláusula 8ª, diz o seguinte: “Caberá à Prodam realizar em conjunto com a contratante (Secretaria de Finanças) a homologação e internalização dos artefatos e sistemas produzidos.” Quer dizer, nós não vamos homologar nenhum sistema que a Prodam não diga: “Pode homologar”. Então, não há a menor possibilidade ou não deverá haver a menor possibilidade de acontecer esse problema que o senhor citou: termos sistemas que não foram internalizados pela Prodam “não, não é assim, não vai funcionar, não vai rodar, não está preparado”. Por quê? Porque a Prodam vai homologar conosco. Se não estiver adequado, apropriado para internalização no ambiente computacional da Prodam, simplesmente, não haverá aprovação.

Esse processo, da forma como foi construído, é exatamente para evitar que aconteçam casos os quais o senhor mencionou.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – George, eu tenho aqui uma manifestação com relação ao PPD da sua época, o senhor era do Governo do Estado quando a Prodam foi contratada. Verificamos que o senhor esteve na companhia e, em outubro de 2008 – faz tempo, o senhor ocupava então cargo no Governo do Estado – teceu elogios principalmente em relação ao desempenho da empresa no desenvolvimento do sistema, e também com relação aos prazos atendidos de maneira correta. O que me chama a atenção é que a companhia, nesses dez anos, perdeu cerca de 50% dos funcionários. Hoje, dentro da

companhia, temos uma faixa de 850 funcionários, sendo que 400 são técnicos de linha. Temos concursos na Prodam, inclusive com a possibilidade de contratação de novas pessoas, e verificamos que ela teria condição de aproveitar, de manter acervo técnico dentro do acervo de uma empresa de economia mista, o que seria um grande avanço, um avanço necessário haja vista o sistema desenvolvido pela Prodam que são excepcionais e são utilizados até hoje. É uma pena que não sejam divulgados ou vendidos para outros municípios. São Paulo se for analisar, nós estamos falando de um país, não estamos falando de uma cidade.

Mas vemos novamente a questão de abrir à execução. E verificávamos anteriormente que na urgência de um desenvolvimento, especialmente na fábrica de *software* seria razoável a contratação de mais funcionários. Até os contratos administrativos – não sei se ele mudou, eu conheci esse contrato porque fui o advogado, à época, que fez o primeiro contrato padrão da companhia. Lembro que quando havia necessidade da contratação de técnicos utilizávamos os contratos para dar agilidade e até mesmo para a necessidade de mão de obra de notória especialização.

Outro aspecto que me chama a atenção é quanto à afirmação de que estão asseguradas todas as garantias para que não mais ocorram os fatos que ocorreram quando da contratação por nós já mencionada.

O que nos chama também a atenção e eu gostaria de indagar é: as empresas contratadas são de notória especialização por que não são empresas da cidade de São Paulo, são empresas de outro Estado? Outra pergunta: os técnicos são reconhecidos no mercado de TI?

**O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN** – Bem, Presidente, foram dois os processos licitatórios, acho que foram bem construídos. Acho que a equipe da Secretaria de Finanças, o Eduardo, que é coordenador da Cortex está aqui, a sua equipe elaborou um bom edital, que contou com sugestões apresentadas pela Prodam visando seu aperfeiçoamento. Foi construído a quatro mãos, e gerou uma concorrência que, confesso, fiquei surpreso. Foram

mais 20 empresas em cada um dos editais. Foi feita uma sistemática inovadora, nós contratamos duas fábricas de *software*. Uma delas vai especificar e homologar e outra desenvolver. Então, a que vai especificar vai identificar se a empresa que desenvolveu o aplicativo, que é uma segunda, se desenvolveu conforme especificado anteriormente. Ela própria fiscalizará o que ela especificou. E as equipes de Finanças e da Prodam participam de todo o processo. É então uma sistemática nova que acredito, estamos buscando fazer com que seja uma alternativa de sucesso. Eu, particularmente, entendo que essa é a melhor forma de trabalho, inclusive para a Prodam. Tive oportunidade de conversar com alguns técnicos, com algumas pessoas da Prodam. Entendo que a Prodam deva se especializar nesse tipo de atuação, além da parte toda de produção, dos equipamentos, da comunicação, da segurança das informações, dos acessos e desse assessoramento aos órgãos na construção de sistema. Acho que aqui merece... O senhor, como nos disse, trabalhou, esteve na Prodam, participou do processo de construção da Prodam, a Prodam a exemplo do Serpro, da Prodesp, são empresas criadas no início da década de 70, quando a Informática era um bicho de sete cabeças, que exigia investimentos altíssimos, que era de conhecimento apenas de alguns iniciados no sistema, e as administrações pública, à época, acharam por bem – na época só existia a IBM e a Burroughs, eram poucos fabricantes e os equipamentos eram caríssimos – criar essas empresas para assimilar a nova tecnologia e prestar serviços de Informática para as administrações públicas. Ocorre que nos últimos 30, 40 anos, como é público e notório, a Informática tem, hoje, uma dinâmica toda própria, muito ágil. Aí não é só a Prodam, mas a administração toda tem dificuldade de acompanhar a evolução da Informática. Não temos a mesma desenvoltura, a mesma rapidez da iniciativa privada. Por isso, eu acho que essa forma de contratar fábricas de *software* para o desenvolvimento de novas tecnologias utilizando novas ferramentas e temos a Prodam e órgãos acompanhando, assimilando, definindo normas, padrões de desenvolvimento e depois internalizando no sistema corporativo das administrações públicas, sim, é uma forma bastante adequada de conduzir o processo de

informatização da administração pública. É dessa forma que estamos procurando construir. Insisto: nada que está sendo feito é feito de maneira isolada pela Secretaria de Finanças. A Prodam participou desde a elaboração do edital, do contrato e está participando da sua implantação. O motivo da contratação da fábrica de *software*, um deles é o que mencionei. E o outro é que as demandas da Secretaria de Finanças são muito grandes, são fortes e complexas. A Prodam – e aí o Presidente está conosco e pode apresentar sua visão sobre o tema -, nós entendemos que não teria, não sei se seria adequado ter pessoal temporário, transitório para fazer algumas demandas específicas da Secretaria, que daqui a pouco diminui. É mais adequada a forma que foi escolhida, e sem perder... E os problemas que o senhor citou do antigo *Novocell*, dos outros sistemas que foram contratados, foram feitos, de fato, de forma inadequada. Não se compara ao processo que está sendo feito agora, que tem toda uma integração, tem toda uma preocupação de que os sistemas interajam, tenham documentação, e a Prodam vai estar conosco dizendo se está ou não OK. Se a Prodam disser que não está OK, nós não vamos pagar. Diferentemente do *Novocell*, que Finanças atestou e Prodam se vira. Não tem isso, se a Prodam não concordar, ela não assina. O processo é conjunto, não se está fazendo nada isolado. Todo o processo está nascendo conjunto e nós esperamos, não temos a menor expectativa de caminhar separado da Prodam. Queremos caminhar juntos porque entendemos que essa é a linha que o Município estabelece no Conselho Municipal de Informática, na sua regulamentação, e essa é a visão que tem a Secretaria de Finanças.

Queria dar uma olhada nesse recorte que o senhor falou. Isso que eu falei, eu repito, repeti aqui sem saber que o senhor estava com o recorte na mão, eu repeti. Isso eu falei há quatro anos e repito hoje: a equipe da Prodam é uma ótima equipe, não tenho nada contra, atendem muito bem. Só que não atendem tudo que nós precisamos e no prazo que nós queremos. E é por limitação da própria legislação, e isso eu já disse ao senhor. Mas o que eu falei em 2008, disse agora e vou dizer sempre: a Prodam tem uma boa equipe, atende bem a Secretaria de Finanças. Nos projetos que são conduzidos diretamente por mim, tem uma

equipe, e tenho um bom relacionamento com as pessoas da Prodam pessoalmente. Então, são coisas absolutamente distintas. Temos expectativa, como Secretaria, como instituição de estar sempre juntos com a Prodam em todos os projetos.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Para finalizar, logo depois passaremos a palavra ao Presidente da Prodam, gostaria de saber se o preço das contratações são exequíveis?

**O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN** – Como disse ao senhor, o processo de licitação foi bastante competitivo. Foram mais de 20 empresas participantes. As empresas que venceram as licitações não foram as que ofereceram o menor preço. Se não me engano, uma foi à quarta; e a outra foi à terceira. Então, foi o terceiro menor preço e o quarto menor preço. As que mergulharam muito no preço, desistiram... Essas que restaram, nós pesquisamos a parte documental que foi apresentada, identificamos que são empresas que já atuam no mercado, que têm contratos com outros órgãos, conversamos com esses órgãos. Acredito que elas conseguirão desenvolver o sistema, até porque se não conseguirem da forma como foi estabelecido, porque a parte de documentação é toda definida em conjunto com a Prodam, se não entregar do jeito que a Prodam falou que quer receber, não vai... Se não for exequível, ela também não receberá! (Risos) Agora, todo o preço que foi colocado ficou um pouco abaixo, de fato, acho que um pouco abaixo do preço mínimo que nós colocamos. Mas são empresas grandes, então...

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – A nossa preocupação, Secretário, é que aqui no Brasil e no mundo inteiro, está virando moda usar a Índia como base. Hoje estamos falando em TI, estamos falando de empresas que estão baseando todos os seus projetos na Índia, e aqui fica como filial, como escritório. A preocupação é a necessidade do sigilo dessas informações que vão ser repassadas, administradas por essas companhias quanto à quebra do sigilo. Falo isso porque tivemos problema com quebra de sigilo, até de rompimento de contrato com relação à questão da Controlar. Foi repassada à Controlar toda a base de informações de

veículos que não tinham feito inspeção veicular. Quebrou-se então a questão do sigilo assegurado pelo contrato. As pessoas que assinaram, que possibilitaram as informações repassadas à Controlar, ficou tudo totalmente ilegal. Existe uma ação civil pública movida pelo Ministério Público de São Paulo com relação à apuração desses fatos. A preocupação que nós temos, e estamos falando de informações extremamente valiosas, estamos falando em dados sigilosos. Essa é a preocupação porque se fala que com a redução de preços você teria a condição, claro, de atender ao mercado, mas atendendo um mercado buscando um subterfúgio que eu acredito não deve estar previsto no contrato, no edital licitatório, mas se busca exatamente usar a base na Índia como a condição para viabilização da execução da proposta objeto do projeto.

**O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN** - Confesso ao senhor que, de fato, o preço, ficou um bom preço dentro da administração pública. Espero que seja exequível porque se não for nós vamos rapidamente descobrir. Nos próximos meses, já iniciamos o primeiro projeto, logo, logo vamos saber se as empresas têm condições de desenvolver ou não. Acredito que elas vão procurar cumprir o contratado porque são empresas que têm contratos com a administração pública. Obviamente, se não atenderem, se houver a necessidade de rescisão contratual, serão penalizadas, não poderão mais vender à administração pública. Creio que não teremos esse tipo de problema pelo menos com essas duas empresas que não são pequenas, elas já fornecem para o setor público.

Com relação à entrega de base de dados, não há qualquer previsão de processamento fora da Prodam ou entrega de dados a essas empresas. Essas empresas vão desenvolver sistemas que serão posteriormente internalizados na Prodam. A princípio, não vislumbro como vão ter acesso às informações e não é mesmo para ter. Então, não creio que teremos repetição do que aconteceu com o caso que o senhor mencionou há pouco. É uma situação um pouco diferente porque não haverá processamento por parte dessas empresas. Elas vão apenas passar a desenvolver aplicativos e novas funcionalidades para um sistema já

existente.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Gostaria de saber, se alguém da plateia quiser fazer alguma pergunta ao Secretário Adjunto, Dr. Jorge, por favor, manifeste-se. O Secretário tem outro compromisso e vai precisar se ausentar. Alguém gostaria de fazer alguma pergunta? (Pausa) Por gentileza, fale seu nome.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Boa noite a todos, boa noite George, César, Vereador. Cumprimento a todos na pessoa do Dr. Virgílio. Acho que a palavra do Subsecretário elucida bem a posição da Secretaria, como sempre verdadeira. Quando estava no Conselho de Administração sempre fiz questão de elogiar a postura do Governo com relação à empresa. Mas de agosto do ano passado para cá estamos vendo uma postura um pouco diferente.

Eu sou autor, como o Benício, da representação que fizemos ao Ministério Público cujo principal propósito é fazer com que as palavras do Secretário em relação à Prodam sejam de fato uma realidade, ou seja, os profissionais da Prodam são, de fato, a solução de grande parte dos problemas da Administração Pública Municipal. A discussão que propomos é em função do que foi feito de um tempo para cá: a publicação do edital que criou a Coordenadoria; o concurso público realizado pela Secretaria; os editais de Fábrica de Software, aliado a algo que não está nessa representação, que é um projeto de futuro da tecnologia da informação e comunicação; o Datacenter da Prefeitura; a solução para a rede de comunicação de dados, voz e imagem de propriedade da Prefeitura, que ela já tem, mas que não cuida, e a mudança da Prodam daquele endereço, onde paga um aluguel muito alto.

Isso é algo que foi planejado, estava pronto, foi anunciado pelo então Presidente João Otaviano, em abril do ano passado e em setembro vimos isso tudo ser adiado. O Secretário Rubens Chammas foi à Prodam e nos comunicou que esse projeto estava adiado para o futuro, data em que não soube precisar naquele momento.

Aproveito este momento para, na figura do Coordenador da Cotec, cumprimentar os funcionários públicos municipais da Secretaria de Finanças e de todas as outras Secretarias

que têm um relacionamento tão bom como o do Secretário com a Prodam e dizer que não existe nenhuma guerra da representação dos empregados da Prodam com a Secretaria. O que existe de fato – e daí termos pedido a um ex-empregado da Prodam esse apoio – é que temos de fazer uma discussão séria em termos do que é a Prodam, do que ela deve ser.

Também temos de parar de errar. Por isso, digo ao Secretário, e isso será confirmado, que essa contratação das Fábricas de Software não terá resultado positivo. Estou fazendo o papel de quem teve experiência com isso e sabe onde vai dar, porque estou na Prodam há mais de 24 anos. Além disso, podem procurar assinaturas de técnicos da Prodam nesses contratos e não vão achar, porque eles também já estavam cientes de que seriam responsabilizados por algo que não daria certo.

Sei que o propósito da Administração é fazer o melhor no menor tempo possível e que todos os projetos de sucesso que saíram da cabeça de grande parte da Administração atual foram cumpridos e resolvidos pela Prodam. Temos problemas lá que têm de ser resolvidos, como problemas de contratação. Se tivesse havido vontade política lá atrás, quando o Serra assumiu a Prefeitura, já teríamos hoje na Prodam mais 300 profissionais. Por exemplo, o projeto do SGF, que, se Deus quiser, será um sucesso, tem 15 profissionais de outras empresas trabalhando para que seja implantado num tempo em que a Secretaria e o Governo precisam. Teríamos condição de pagar muito menos tendo os 15 profissionais da Prodam.

Esta, então, é uma manifestação que eu gostaria que vocês considerassem. Obrigado.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Boa noite a todos. Gostaria de fazer uma pergunta bem simples na linha do que o Vereador Aurélio abordou, sobre a preocupação com a base de dados. O senhor falou, por exemplo, que nesse sistema não está programada nenhuma saída de dados, que é tudo feito internamente. No sistema tributário Paulistano para o qual vocês também vão fazer a licitação, consta a questão da transferência da base de dados para a contratada. Por que essa diferença e onde está a segurança nesse caso específico?

**O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN** – Acredito que essa contratação vai dar certo e que a Secretaria de Finanças vai fazer tudo para que isso aconteça. Temos a expectativa de que as equipes da Prodam participantes desse projeto também acreditem nessa nova sistemática, que não busca substituir o trabalho da Prodam, apenas complementa o seu trabalho. Este é o grande ponto e em nenhum desses processos, nada do que foi dito aqui, em nenhuma entrelinha, há nenhuma pegadinha. É exatamente que estou falando: o objetivo da Secretaria de Finanças é ter suas demandas na áreas de informática atendidas mais rapidamente e mais prontamente dentro dos prazos estabelecidos.

Quando o Eduardo e sua equipe elaboraram toda a série de projetos, os selecionamos para a Prodam desenvolver, uma vez que ela tem uma integração muito grande com programas atualmente existentes. Outros projetos que têm um nível de integração menor com sistemas legados, é possível passarmos para a Fábrica de Software, já que serão conduzidos em articulação com a Prodam.

Então, não há nenhuma ideia de substituição da Prodam; não há nenhum projeto nesse sentido. O que queremos é complementar o trabalho da Prodam, agregando parceiros da iniciativa privada que possam somar à Administração Tributária Municipal.

Em relação ao sistema tributário, esse é outro processo licitatório que está em andamento; é um projeto grande. Tentamos fazer essa licitação na nossa primeira passagem pela Prefeitura, mas, naquele momento, não logrou sucesso; talvez por não existir no mercado uma ferramenta que atendesse a todas as necessidades da Secretaria de Finanças, da Administração Tributária Municipal. Já decorreram cinco anos e hoje a situação é diferente, porque temos conhecimento de que já há sistemas tributários mais avançados que atendem em boa parte às necessidades da Secretaria de Finanças. Estamos, então, mais uma vez, tentando fazer a aquisição de um sistema tributário.

Benício, eu posso dizer, com certeza, que esse sistema vai rodar na Prodam. Disso eu tenho certeza, porque é isso que queremos. O que você está mencionando, e que imagino

que possa ser, é que, se eu não me engano, no processo de avaliação das ferramentas apresentadas – avaliação essa que contará com a participação da Prodam – será segregada uma base de dados amostral, *fake*, para testar as funcionalidades do sistema. Se não me engano, é isto: que talvez uma base de dados tenha de ser alimentada a fim de se verificar se o sistema possui todas as funcionalidades que afirma possuir. Essa análise será feita durante o custo do processo de licitação, sob uma base fictícia, mascarando-se os CNPJs, apenas para avaliação dessas ferramentas.

Agora, obviamente, o sistema que for adquirido será implantado, rodará nos equipamentos da Prodam e administrado por técnicos da Prodam. Então, eu não tenho a menor expectativa. Nesse ponto, sou radicalmente contrário a repassar informações protegidas pelo sigilo fiscal a empresas privadas. Ainda que a Prodam seja de direito privado, é uma empresa que faz parte da Administração Pública, faz parte da Administração Municipal. Por isso, não concebo um sistema da Administração Tributária rodando essas informações que não na Prodam. Disso não há a menor possibilidade, e daí eu não crer que isso esteja escrito no edital. Se estiver desse jeito, tem de parar tudo. A única possibilidade é essa.

Não sei se o Eduardo tem alguma observação a fazer.

**O SR. EDUARDO** – Sou o Eduardo, da Cotec. Há dois detalhes. O primeiro é que todo o processo licitatório, o edital do sistema tributário, foi construído em conjunto com a Prodam; inclusive com membros fixos da Comissão de Licitação da Prodam. O segundo é que abrimos para o mercado, para consulta pública e inclusive informamos a Prodam também no sentido de construir e melhorar o edital. Portanto, dentro do processo licitatório, os licitantes podem efetuar questionamentos e entrar com recursos. Então, o edital foi construído em conjunto com os técnicos da Prodam.

Quando falamos em sistema tributário, temos de ter uma visão integrada do todo. O sistema tributário tem de ter principalmente a internalização e a integração, tem de considerar um sistema legado. O sistema tributário é, na verdade, um terço do projeto, que tem a parte de

integração e internalização, que inclusive está prevista até no PNAFM. Temos outro projeto, cuja solução é maravilhosa, mas que necessita de um ambiente tecnológico adequado. Onde há esse ambiente tecnológico? Na Prodam. Então, sistema tributário é uma solução que será customizada. Não adianta querermos inventar a roda; já tentamos isso com o GTI em outro projeto.

Já existem soluções que atendem, não totalmente, mas parcialmente às necessidades da Secretaria de Finanças, cuja avaliação será dela e da Prodam. Na verdade, estamos juntos, é uma parceria. Então, não há como caminharmos sem a Prodam.

**O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN** – Benício, qual item que você citou?

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN** – Vou dar uma olhada no item 3.5 para ver do que se trata e depois eu aviso. Não sei exatamente o que é dito nesse item, mas, com certeza, não há possibilidade de um sistema tributário rodar fora da Prodam.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – O.k. Como sabemos que V.Exa. tem outros afazeres, gostaria de agradecer sua presença, Sr. George Hermann Rodolfo Tormin, esperando que essas informações sejam satisfatórias.

Passo a palavra ao Sr. Luiz César Michielin, Presidente da Prodam.

**O SR. LUIZ CÉSAR MICHIELIN** – Boa noite a todos. Agradeço a oportunidade de estar aqui prestando esclarecimentos.

Inicialmente, quero lembrar a importância, hoje, da TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação, que, tanto na Administração Pública como na privada, com certeza é o que pode mais agilizar e transformar a administração. Quando falamos do município de São Paulo – conforme já foi mencionado pelo Vereador -, estamos falando de uma cidade do tamanho de um país. A cidade de São Paulo, que conta hoje com 11 milhões de habitantes, tem a mesma população de Portugal. Logicamente, se compararmos ambos, teremos aqui uma concentração

de população muito maior.

O desafio da Prodam de apoiar a área de informática da Prefeitura é grande, porque acabamos participando da vida do cidadão desde antes de ele nascer, dando todo o apoio ao sistema de saúde e pré-natal, seguindo toda sua vida pela Cidade, passando pela Zeladoria da Cidade. E depois que o cidadão morre, ele acaba por figuras nas estatísticas dos sistemas de saúde. Esse é, sem dúvida, um desafio bem grande.

Também quero lembrar que atualmente vivemos na Prodam um momento muito especial. A Prodam é uma empresa que tem 40 anos. Na verdade, conforme foi mencionado, esse é um grande diferencial da Prodam, porque ela tem a característica da continuidade dos serviços. Então, independentemente de mudança de gestão ou de políticas operacionais, ela sempre prestou seus serviços para a Prefeitura. Neste momento, dos sete diretores existentes, quatro são da casa. Um deles é o Manoel Pacífico, eleito pelos funcionários, que até já se manifestou hoje nesta reunião. Estou na casa há 21 anos. Sem dúvida, trata-se de uma oportunidade bastante interessante.

Com certeza, pelo tamanho da cidade de São Paulo, o desafio é grande. Para atender a esse desafio e à necessidade de tempo, de demanda e até de oportunidade – e costumamos falar sempre em termos de negócios – do cliente, procuramos usar os recursos disponíveis e que são utilizados não só pela Administração Pública como também pela administração privada. Fábrica de *software* é um deles. Já tivemos contratos anteriores utilizando a fábrica de *software*. Logicamente, sempre temos uma visão e um objetivo de utilizar a fábrica de *software* para dar escalabilidade. Considerando que a Prodam tem 40 anos, se olharmos seu corpo funcional, vamos encontrar boa parte com 20 a 30 anos de casa. Até pela própria legislação, temos dificuldade de contratar gente rapidamente e também de descontratar, de demitir essas pessoas. Para dar essa escalabilidade de rápido crescimento e também de rápida diminuição da mão de obra, procuramos usar o recurso da fábrica de *software*.

Como já foi mencionado, a Prodam, nesse processo e até na utilização desse tipo de solução, tem um papel muito importante. Ela tem como missão atender a Prefeitura como um todo, não somente uma única Secretaria. Ela tem, portanto, a preocupação de manter a continuidade das soluções corporativas e a preservação dos investimentos. Estamos realizando uma parceria boa com SF. Temos interesse em que toda solução iniciada pela Administração Pública Municipal tenha sucesso e estamos trabalhando para isso.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Obrigado, Presidente. Eu gostaria de indagar do senhor por que a Companhia tem mantido estacionário o seu número de funcionários, principalmente no que se refere aos técnicos de linha, tendo em vista a necessidade de ampliação da mão de obra especializada na Prodam.

**O SR. LUIZ CÉSAR MICHIELIN** – Hoje a Prodam tem cerca de 850 funcionários. É uma quantidade significativa se considerarmos tratar-se de uma empresa de informática. Com certeza, até por ser uma empresa de 40 anos, percebemos que a necessidade de ampliação do quadro até por conta das aposentadorias e da evolução. O número que temos hoje de funcionários consideramos bom. É até importante que a nossa mão de obra seja dimensionada não pelo pico da demanda, mas sim pelo que ela tem de demanda contínua, até para que haja uma estabilidade dos quadros e que se mantenha os funcionários com seus talentos e conhecimentos, tudo aquilo em que temos investido ao longo dos anos.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Mesmo sendo redundante, insisto com o senhor: por que a Prodam não se habilitou nessa concorrência?

**O SR. LUIZ CÉSAR MICHIELIN** – Como já mencionei, uma das formas de atender soluções de demanda com um prazo mais curto e que não vemos crescer, ou se manter, ao longo do tempo, é utilizar a fábrica de *software*. Logicamente, toda empresa pública vai ter ciclos de quatro em quatro anos. Você pode ter continuidade ou não de projetos. Nossa preocupação é sempre para que haja uma continuidade do pessoal que está contratado e a garantia dos investimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Já faz muito tempo que saí da companhia, mas me lembro daquelas discussões em relação aos objetivos e de, inclusive, a Prodam não ter um único cliente que não a Prefeitura de São Paulo. Buscaram-se diversas alternativas a isso. Volto à indagação: a fábrica de *software*, para ser implantada, como grande objetivo da Prodam, não seria uma boa alternativa? Mesmo porque, pelo arcabouço técnico que tem a companhia, pela qualidade dos seus funcionários, pelo conhecimento técnico que eles têm, não haveria condição de a companhia participar do mercado? O nosso Secretário já mencionou hoje que, de todas as três empresas públicas que ele conhece – da União, do Estado e do Município -, a que mais o impressionou foi a Prodam. Então, nós temos condição de sair e avançar ainda mais para buscar novas oportunidades. Aí, estaria se desatrelando isso do orçamento, porque todo ano vemos que é uma guerra: aperta daqui, aperta dali, e o dinheiro é curto, infelizmente. Apesar do volume de dinheiro que há no orçamento, em termos de investimento os valores são pequenos, dada a necessidade da cidade de São Paulo.

Por isso, pergunto: não seria uma alternativa da companhia trabalhar nessa questão da fábrica de *software*?

**O SR. LUIZ CÉSAR MICHIELIN** – Mesmo quando falamos em crescimento, na verdade nos preocupamos com crescimento consistente. Logicamente, quando vemos a companhia, consideramos a evolução dos profissionais e mesmo a evolução em termos de tecnologia e de dinâmica do mercado. Provavelmente, quando o Vereador estava na Prodam, tínhamos alguma coisa muito forte em relação à digitação. Hoje o papel da digitação praticamente não existe mais, porque as pessoas acabam interagindo nos seus *smart phones*, *tablets etc.* Então, o perfil do profissional está mudando, e estamos constantemente atentos a isso e procurando nos adequar ao perfil do funcionário e evoluindo para também estarmos sempre alinhados com a dinâmica do mercado.

Uma preocupação que sempre surge é relativa aos investimentos. Até aproveito a oportunidade para desmistificar um pouco isso. Se olharmos para 2011, o que a Prefeitura

investiu com dinheiro de aporte na Prodam é superior à soma dos anos de 2008, 2009 e 2010. Este ano ela já colocou mais 14 milhões. Então, investimento está, sim, ocorrendo, inclusive em relação à questão tecnológica. Hoje foi mencionado o caso da nuvem, e no momento atual estamos fazendo uma ação bastante pioneira, tanto em tecnologia como em Administração Pública, que é implantar a *Cloud Computing*, a nossa nuvem privada. Realmente, o investimento está sendo feito, e temos procurado fazê-lo de modo bastante consistente.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Nesses dois contratos que foram celebrados, relativos à fábrica de *software*, foi aventado que, de acordo com os valores a serem pagos e o número de horas, ele estaria com valores abaixo do mercado, inclusive em relação ao teto salarial. Eu gostaria de saber se essa informação está correta.

**O SR. LUIZ CÉSAR MICHIELIN** – Em relação ao teto salarial, acho que não posso ajudar muito. Na verdade, não é um problema nem da tecnologia da informação. Em relação ao sucesso, como é uma iniciativa da Administração Pública Municipal, vamos batalhar para que ela ocorra com sucesso e vamos dar todo o apoio para que isso aconteça.

É importante lembrar que, conforme foi mencionado, a Prodam é uma empresa que procura ter um aprendizado contínuo. Estamos aprendendo com todos os processos que aconteceram anteriormente e estamos procurando participar desse processo desde o início, em todas as fases, para que alcancemos o sucesso junto ao cliente. Lembro que, apesar de estar sendo contratado alguém de fora para fazer, isso está demandando serviço da Prodam, sim. Toda a gestão, a visão corporativa, a internalização e a busca da continuidade do serviço após término a finalização do contrato com a empresa contratada, tudo isso demanda trabalho da Prodam.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Uma última pergunta, até porque a companhia também diz respeito a trânsito e transporte. Eu gostaria de saber se existe um trabalho dentro da Prodam relativo ao trabalho não presencial. Esse assunto está em voga atualmente. Estive visitando o SOS Mata Atlântica e pude verificar que 70% dos funcionários

não estão trabalhando propriamente na sede da organização. Tendo em vista a questão do tráfego da nossa cidade, do aumento cada vez maior de veículos, do trânsito caótico e das dificuldades de mobilidade da população, gostaria de saber se a companhia já está incorporando o trabalho não presencial dos funcionários e se existe um projeto de implantação na Prefeitura de São Paulo nesse sentido.

**O SR. LUIZ CÉSAR MICHIELIN** - Sim. Temos olhado com carinho esse assunto. Em especial temos até visto outras empresas que estão trabalhando dessa forma e procurando entender como funciona. Até quando falamos do trânsito de São Paulo, essa questão da mobilidade e hoje a facilidade de você ter acesso em ambientes externos, com certeza isso é o futuro. Acredito que o problema, ele é menos técnico do que legal. Na verdade, hoje, quando se conversa a respeito do teletrabalho, uma das questões, até que aparece quando conversamos com o sindicato, por exemplo, é o seguinte: o cara está em casa, sofreu um acidente. É um acidente de trabalho ou não? Com certeza é um assunto novo e muda os paradigmas da sociedade e vai mudar critérios de avaliação, critérios trabalhistas, tudo isso, mas acredito que vamos caminhar para isso.

**O SR. BENICIO** - Estou como Conselheiro eleito da Prodan, da administração. Na verdade, a questão quando o nobre Vereador coloca, o presidente responde, na questão do teto, do piso. Minha preocupação que a gente alerta o George, é porque na verdade existe um piso para a categoria. Pelo cálculo que fizemos, pelo sistema tributário paulistano vocês colocaram um ponto de função equivalente a 15 horas homem. Se pegarmos a fábrica de software sai aproximado 250 pontos de função o custo. Divide-se 250 por 15 vai dar a hora homem em torno de 16 reais e 60 centavos. Se eu descontar que são tributárias, você vai insistir forte nisso, todos os tributos, o salário desse trabalhador vai sair em torno de 1200 reais. Então quando ele perguntou no começo, a questão da capacidade técnica desses profissionais, a nossa preocupação é exatamente essa. Com esse piso, não sei que vocês vão conseguir ter, a crédito ser um pouco difícil. Esse aqui não é nem o piso de digitador que

não existe mais como o próprio presidente falou. Esse é um alerta que fazemos inclusive a administração, falamos isso para o Mauro, na reunião de conselho. Essa é a preocupação que temos.

**O SR. EDUARDO CORTEC** – Apenas para fazer uma intervenção, o valor, a conversão de hora homem por ponto de função, depende da tecnologia adotada. Tem um manual, ele varia, não necessariamente, a 15 horas.

**O SR. \_\_\_\_\_** - Gostaria de aproveitar e fazer uma observação. Quando olhamos as duas licitações feitas pela fábrica de software SF, são complementares, ou seja, o ponto de função ele conta desde o planejamento, análise, desenvolvimento, teste, implantação. Em cada uma das licitações foi dividido. Cada uma faz parte disso. Não sei, não fiz a conta. A única coisa que precisa ser feito e verificado é se considerando que é atendido só uma parte alcança o piso ou não?

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Alguém mais gostaria de se manifestar?  
(Pausa) Não havendo vamos encerrar, dizendo que seria interessante estar com esse cálculo em mãos para que possamos dirimir essas dúvidas e se fosse possível, ou encaminha para diretoria de participação ou aqui para essa comissão. Gostaríamos se fosse possível, de termos em mãos. Agradeço a presença de todos. Muito obrigado.

Estão encerrados nossos trabalhos.